

VIOLÊNCIA RITUALIZADA: O PROCESSO DE DESCIMENTO DO POVO NATIVO NO CONTEXTO DOS ALDEAMENTOS

Tito Oliveira Coelho¹

Resumo: Neste trabalho discutimos as condições de vida em que os povos autóctones ou nativos – chamados de índios – viviam antes das violações praticadas pelos colonizadores. Analisamos usos, costumes, tradições e as riquezas naturais dos povos que aqui haviam chegado há milênios. Temos o objetivo de relatar fatos históricos da origem dos povos indígenas e discutir a questão desses povos no Tocantins, a partir da ideia de aldeamento e a função dos descimentos e outras práticas hediondas contra o povo nativo. Para chegar aos resultados nos valem de uma pesquisa bibliográfica e da interpretação de autores em livros, artigos de revistas, jornais, além da experiência in loco no convívio com os povos de algumas aldeias no Estado de Goiás e Tocantins. Finalmente constatamos que os povos autóctones passam por um processo desumano de convívio social e que despojados de suas próprias terras, perdem o senso de pertencimento, a possibilidade de resgate cultural e desamparados legalmente pelo Estado e pelas instituições se torna cada vez mais difícil a volta de uma atitude de regeneração ou resiliência territorial.

Palavras-chave: aldeamento, descimento, nativos, colonização

RITUALIZED VIOLENCE: THE PROCESS OF DECREASE OF THE NATIVE PEOPLE IN THE CONTEXT OF THE VILLAGES

Abstract: In this work we discuss the living conditions in which indigenous or native peoples - called Indians - lived before the violations practiced by the colonizers. We analyze uses, customs, traditions and the natural riches of the peoples who had arrived here for millennia. We have the objective of reporting historical facts about the origins of indigenous peoples and discuss the question of these peoples in Tocantins, based on the idea of settlement and the function of the decrees and other heinous practices against the native people. In order to arrive at the results we use a bibliographical research and

¹ Graduado em Geografia pelo IESA/UFG, especialista em História do Brasil pelo FCHF/UFG, especialista em Metodologia do Ensino Superior pela FE/UFG; mestre e doutor em Geografia pelo IESA/UFG e pós-doutor em Geografia pela UFT; servidor da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Exporte de Goiás, atua em pesquisas no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. titocoelho2000@yahoo.com.br

the interpretation of authors in books, magazine articles, newspapers, besides the experience in loco in the conviviality with the towns of some villages in the State of Goiás and Tocantins. Finally, we find that indigenous peoples go through an inhuman process of social living and that, stripped of their own land, lose their sense of belonging, the possibility of cultural rescue and legally forsaken by the state and institutions, it becomes increasingly difficult to return an attitude of regeneration or territorial resilience.

Keywords: settlement, descending, natives, colonization

Introdução

Por direito ancestral todos os povos nativos são, logicamente, os legítimos donos do território em que está assentada a nação brasileira. O processo histórico contado por muitos autores, dentre os quais citamos Galeano (2017) ilustra a maneira como esse território foi usurpado dos povos autóctones.

A mídia, ainda hoje atrelada às forças capitalistas não oferece atenção necessária ao tema, não prioriza na agenda de notícias informações que nos permita defender o direito legal que os nativos tem das terras que o latifúndio usurpa.

O agronegócio cala bocas e mentes e as imagens de grandes pastos, do *plattation* e de celeiros de grãos reforça a ideia de que somos o celeiro do mundo e que as terras que couberam aos povos nativos existem para serem gradativamente invadidas e usurpadas, para serem desmatadas, queimadas, aradas para a monocultura da soja, cana e outras cultivares para exportação.

Os grandes empreendimentos do agronegócio entram nos territórios destruindo hierarquias atávicas e desestruturando formas de vida ancestrais. O mercado do agronegócio é referendado pelas políticas públicas e incentivado por vários segmentos sociais e de controle financeiro no Brasil.

Analisando as ideias de Antônio Teixeira Neto não existe política autóctone ou

nativista no Brasil. Todos os órgãos responsáveis pela causa indígena ou de povos

nativos são lentos e não decidem positivamente a questão dos direitos ao território dos aldeiantes. A FUNAI, por exemplo, não cumpre o papel de garantir o bem-estar dos povos originais, que seria proteger a territorialidade da invasão dos colonizadores; preservar usos, costumes e riquezas naturais; resguardar a sobrevivência e a organização sociocultural das aldeias.

As causas dos aldeiantes são vistas com indiferença; e o cenário de insegurança que a mídia descortina para o público está simplesmente respaldado na falta de respeito ao ser humano. A sociedade urbano-mercantil se distanciou de preservar e de dar importância aos conhecimentos da floresta e dos seus habitantes. Distante das cidades a floresta é estranha aos projetos de urbanização à organização social e cultural que se impõe no lócus urbano.

Coube à floresta resguardar o patrimônio espiritual que se mistifica nas matas e nos seres que a habitam. Cabe a floresta e aos seus habitantes assegurar o sopro de vida dela advindo. Assegurar o espaço do amor e da humanidade.

Outro ponto importante de destacar e, que mencionamos neste artigo, é o sentido de utopia e ingenuidade que se atribui a uma política que põe em evidência os fenômenos que envolvem o sagrado e o espiritual, advindos dos povos aldeiantes.

Os fatos relacionados ao sacro, ao espiritual, ao xamanismo, as curas de doenças físicas e emocionais emanadas de terapias que hoje são chamadas de alternativas são provenientes da sabedoria dos povos indígenas. O preconceito a essas crenças e tradições emerge de uma ideia muito mais antiga que está atada ao processo de catequização, imposto pela igreja romana aos povos nativos. A catequese realizada pelos padres que aqui chegaram junto com o colonizador europeu, corrompeu a pureza desses povos nativos, o princípio da culpa cristã originária da igreja católica, a vergonha da natureza exposta, da vida comunal foram se integrando aos aldeamentos.

A par dessas considerações este artigo discute o impacto que a catequese e

a

igreja católica imputaram sobre os aldeamentos em função da colonização pelos portugueses, de uma maneira geral, no Brasil, e, especificamente, na área compreendida de Goiás, onde atualmente está o estado do Tocantins. Visa também elucidar como esses fenômenos afetaram a vida comunal das aldeias, e o uso dado as mulheres autóctones para consolidar esses territórios, de poder e de opressão dos colonizadores.

A narrativa traz referências a obra de estudiosos da causa indígena, de historiadores e antropólogos que se debruçam a pesquisar e a inquirir sobre a problemática indígena, autóctone, além de discutir o papel importante da igreja católica em todos esses fenômenos históricos. A reflexão sobre esse tema nos permite afirmar que o efeito da pressão econômica da corte portuguesa, sobre as aldeias foi determinante para esfacelar a cultura autóctone e o modo singular e natural de vida dessas comunidades, além de que o reforço da catequese e da igreja católica sobre a fé foi determinante para a extinção de aldeamentos e etnias brasileiras.

No início tudo era harmonia

Os povos autóctones passaram a sofrer perseguições e serem apagados do mapa a partir do litoral, fenômeno que se agravou com a Marcha para Oeste. Os opressores com armas de fogo não se envergonhavam de atentar contra os nativos que se defendiam com arcos e flechas.

Nesse massacre, a participação de padres cristãos que chegaram para catequizar os habitantes nativos teve um efeito devastador na harmonização das hierarquias étnicas brasileiras, porque manipulando mentes e ideias a igreja católica, conseguiu implantar o catolicismo como religião oficial do país, num processo de exploração cujo objetivo era realmente acumular tesouros para os tronos de Portugal.

Dentre tantas etnias que foram impactadas pela violência e a exploração do território está a do povo de Berahatxi, ou Karajá. A lenda (história originária) diz que

eles habitavam uma aldeia no fundo do rio, era a comunidade de *Berahatxi Mahadu*, ou o povo do fundo das águas.

Havia abundância na aldeia, mas o espaço era frio e restrito, a curiosidade impeliu que um jovem karajá, procurasse a superfície, de tanto tentar encontrou uma passagem, *Inysèdyna*, ou lugar de onde veio a mãe da gente, na e para a Ilha do Bananal (TORAL, 1992).

Diante da beleza das praias e riquezas naturais existentes no Araguaia, espaço para correr, árvores diversas, animais de várias espécies, o jovem reuniu outros Karajá e fizeram morada na superfície.

Passado algum tempo, começaram a adoecer e a morrer, os que sobreviveram quando tentaram voltar encontraram a passagem fechada e guardada por uma enorme serpente, por ordem de *Koboi*, chefe do povo do fundo das águas. Eles então se espalharam pelo Araguaia rio acima e abaixo e com *Kanysiwè*, um herói mitológico que viveu entre eles, conheceram os peixes e muitas coisas boas pelas bandas do Araguaia. O herói casou-se com uma moça Karajá e foi morar na aldeia do céu, cujo povo, os Biu Mahadu, ensinou os Karajá a fazer roças.

Desaldeamento em Goiás, atual Tocantins e adjacências

No caso de Goiás, incluindo o atual Tocantins, vários bandeirantes (com a bandeira da Igreja Católica) assaltavam as aldeias. A história de Bartolomeu Bueno da Silva, Anhangüera, que significa diabo velho, ou mau espírito em algumas línguas nativas, *hepar wawe*, *wa uburé* e/ou *worsý bina* é conhecida por muita gente.

O bando de Anhangüera assaltou a aldeia dos Goyá, às margens do Rio Vermelho, nos meados de 1682, em busca de despojar o ouro. A espoliação continuou nos anos de 1725 por Bartolomeu Bueno da Silva Filho, dando continuidade ao projeto colonial predador.

Como podemos perceber as nações Xacriabá, Goyá, Crixá, Kayapó Meridional, Akroá foram totalmente apagadas do mapa. Os Avá-Canoeiro estão em fase de extinção total. Ainda tentam sobreviver os *iny* de Aruanã, GO, antiga Leopoldina e os chamados tapuia da Terra Nativa Carretão entre Rubiataba e Nova América, GO.

Os primeiros aldeamentos em „Goyaz“ datam de 1741 a 1751 com a construção de quartéis disfarçados de aldeamentos. Tinham o objetivo de fragilizar os bororos de Cuiabá pelo bandoleiro Antônio Pires de Campos. Também objetivavam aniquilar a espiritualidade dos Kayapós do Sul que resgatavam e protegiam seus territórios dos invasores.

A história da extinção desses povos do mapa goiano se inicia com os jesuítas ao fundarem os aldeamentos religiosos de Sant“Ana do Rio das Velhas, São Francisco Xavier do Duro e São José do Duro conhecido como Formiga.

Massacres cruéis ocorreram até que o Diretório dos Índios fosse implantado no território goiano pelo governador da capitania D. José de Vasconcelos. No mapa abaixo visualizamos os aldeamentos de Goiás, antes da divisão do território e criação do atual Tocantins em 1988.

No marco 1 Nova Beira (1.774-5); 2 São José de Mossâmedes (1.774); 3 Maria I (1.780-1); 4 Carretão ou Pedro III (1.784); 5 Salinas ou Boa Vista (1.788); 6 Estiva, sem data de ocorrência;

Figura 1: Aldeamentos oficiais goianos do século XVIII, 2ª fase.



Fonte: RAVAGNANI, 1986/87, p. 132.

Os aldeamentos povoariam a região e eliminariam as aldeias não pacificadas do mapa. Os pacificados pela catequese se tornariam escravos nas „roças“ nas plantações, criação de animais e no trabalho forçado de transporte fluvial no Norte da Colônia. Na segunda fase de aldeamentos no território de „Goyaz“ no período de 1774 a 1788 foram construídos os aldeamentos de São José de Mossâmedes e Carretão para forçar o convívio na sociedade regional.

A decisão de implantar aldeamentos em Goiás, nas áreas onde se situa o Tocantins trouxe muita violência e disseminou a fúria. A violência aumentava quando lideranças indígenas eram cooptadas e levadas para os aldeamentos. Um nativo tornado liderança era um perigo para os demais, uma vez que passava a mediar novos

descimentos, acesso a mão-de-obra nativa e oprimir os parentes nos povoados (ROCHA, 2009).

Em síntese conforme Silva (2014) podemos verificar que os onze aldeamentos em „Goyaz“ até 1788 serviram para destruir os princípios espirituais existentes nas aldeias com a introdução dos ensinamentos católicos pela catequese; enganá-los para transformá-los em trabalhadores escravizados e, finalmente, apagar as aldeias do mapa goiano. Aqueles aldeamentos que persistiram, foram transformados em povoados paupérrimos considerados núcleos de povoamento.

Se fizermos um apanhado quantitativo do território brasileiro, com o objetivo de mapear a resistência de aldeamentos indígenas no Brasil – dos tempos da primeira missa na Praia da Coroa Vermelha até a atualidade faremos um registro de extermínio.

O início desse extermínio e da fragmentação e dispersão das comunidades indígenas, no caso do Brasil deu-se com a exploração do pau-brasil (*arabutã*), se precipitou pela economia açucareira, com muitos deles sendo usados para plantar cana e fazer açúcar, e posteriormente passaram a esgravatar os aluviões para coletar ouro e poluir os mananciais.

Atualmente a existência de aldeamentos é tão insignificante que não há forças de resistência contra o domínio imperialista e avanço capitalista, este originado, no Brasil com as naus portuguesas atracando o território brasileiro.

A criação de bovinos extensa nas áreas do Tocantins e Goiás exige a devastação da flora, concomitantemente da fauna das matas e dos rios para o pasto e a soja, sem nenhuma força antagônica; legítima, competindo pela preservação dessas áreas.

Se não bastasse tanta exploração gerando devastação e aumentando a desigualdade social, extinção de povos nativos, a plantação de cana, agora direcionada à produção de álcool combustível e o plantio de soja para transformar em farelo para o trato de animais que ameaçam inexoravelmente o bioma Cerrado.

As políticas públicas são insignificantes diante dos grandes impactos para a

sobrevivência de comunidades tradicionais, além do desmatamento que vai assolando florestas nos estados do Sul, Sudeste, Centro Oeste, Nordeste, avançando rumo ao Norte.

Atualmente vivem no Brasil, segundo dados do IBGE de 2010, 305 povos indígenas em milhares de aldeias, com uma população de 896.917 pessoas, falando mais de 274 línguas diferentes, além de 70 tribos vivendo em locais isolados e que ainda não foram contatadas. Destes, 324.834 vivem em cidades e os outros 572.083 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país.

Desde 1680, existem tentativas de leis para definir, preservar e delimitar os territórios indígenas, mas a Constituição de 1988 ampliou e deu normativa a essas intenções, sem muito sucesso. Hoje, existem 1.116 áreas reconhecidas ou reivindicadas como terras indígenas, porém até dezembro de 2016, apenas 398 territórios tinham seus processos administrativos finalizados e as terras registradas pela União. No Rio Grande do Sul entre 1910 e 1918 foram demarcadas 11 áreas indígenas. Infelizmente, nas décadas de 1950 e 1960, parte destas terras demarcadas foram destinadas para Reforma Agrária e para Reserva Florestal. É preciso reconhecer que a questão indígena ainda está longe de ser resolvida. Cada região do Brasil os conflitos tem marcas próprias.

Por exemplo: saindo de Goiânia para Palmas, Cuiabá, Campo Grande notamos a devastação das matas nativas para serem substituídas por lavouras de soja e cana.

A desestrutura das formas primitivas de vida que atingiu o homem e a mulher do sertão, pela incidência e expansão do capitalismo e do agronegócio, tem um efeito ainda mais profundo nas comunidades indígenas, são aldeias submetidas à mais profunda miséria; e o convívio próximo com a homem branco, a assimilação de culturas tem gerado necessidades que são difíceis de serem supridas, gerando no seio das aldeias, desequilíbrio, dependência a drogas como crack, instituindo a tristeza, a depressão, a loucura e o suicídio dos povos.

Dados do Censo 2010, realizado pelo IBGE revelam que

- **População indígena:** 896.917 (0,47% da população brasileira)
- **Terras Indígenas:** 505 terras indígenas correspondendo a 12,5% do território brasileiro. Nestas terras vivem 517.383 índios (57,7% de todos os indígenas).
- **Quantidade de etnias:** 305
- **Maiores etnias:** Tikúna (46 mil), Guarani Kaiowá (43,4 mil), Kaingang (37,4 mil), Makuxí (28,9 mil), Terena (28,8 mil) e Tenetehara (24,4 mil).
- **Línguas:** 274
- **Onde vivem:** Zonas rurais (63,8%); Zonas urbanas (36,2%).
- **Distribuição por região:** Região Norte (38,2%), Nordeste (25,9%); Centro-Oeste (16%); Sudeste (11,1%); Sul (8,8%).
- **Estados com maiores concentrações de índios:** Amazonas (20,5%); Mato Grosso do Sul (8,6%); Pernambuco (6,8%) e Bahia (6,7%).
- **Terras indígenas mais populosas:** Yanomami (Amazonas e Roraima): 25.719 / Raposa Serra do Sol (Roraima) - 17.102 / Évare I (Amazonas) - 16.686.
- **Taxa de alfabetização indígena (15 anos de idade ou mais):** 76,7%
- **Principais troncos linguísticos (falantes com mais de 5 anos de idade):** Tikúna (34,1 mil falantes); Guarani Kaiowá (25,5 mil falantes); Kaingáng (22 mil falantes); Xavante (12,3 mil falantes).

Se formos comparar os dados atuais com os dados divulgados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) no relatório enviado por Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, há um registro de 1.000 povos indígenas, somando entre dois e quatro milhões de pessoas. Podemos falar em um processo de extinção acentuada.

Nesta ótica analisamos que a usurpação territorial foi intensa porque atingiu a cultura e os princípios e os poderes espirituais dos povos.

Um fato interessante é o caso de Damiana – neta de um cacique – em que a

menina foi dada como afilhada a D. Luiz². Este a levou para casa, a ensinou a língua do colonizador e a catequizou. Damiana “cresceu à sombra da cruz” (JULIO, 2015) e no processo de aculturação casou-se ainda com dois militares. O primeiro casamento de Damiana foi com o militar José Luiz da Costa ela o ajudou nas incursões junto aos caiapó, pela aproximação de parentesco, o acesso a este povo foi facilitado por Damiana. Na data de 19/03/1809, o marido morre e torna-se viúva de um sargento de pedestres³, governador do aldeamento de São José de Mossâmedes por longo período (RAVAGNANI, 1986/87).

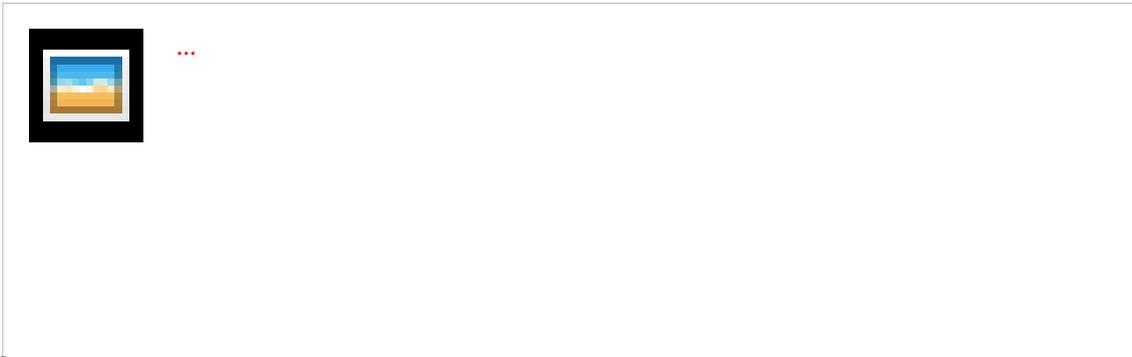
Naquela época os governadores tinham o objetivo de induzir os indígenas a se unirem aos colonizadores, inicialmente de uma maneira branda, aí residia o papel da Damiana. Atrair os irmãos pelo consentimento, sem forçá-los, mas quando a estratégia não funcionava e as ameaças se tornavam inúteis, a força e o derramamento de sangue era lugar comum.

Damiana, na data de 28/07/1822 casa-se novamente com o militar Manoel Pereira da Cruz, que a ajudou a reunir os parentes que haviam fugido. “Para tentar recapturar os fugitivos, assim como para tentar convencer novos grupos a aldear-se, cumpriu importante papel a caiapó Damiana da Cunha” (GIRALDIN, 2000, p. 172).

Damiana praticou cinco descimentos: o primeiro em 1808; o segundo em 1819; o terceiro em 1821; o quarto em 1827. Já no quinto descimento em 1830 Damiana não resistiu aos rigores do sertão e adoeceu vindo a falecer. (GIRALDIN, 2000).

O papel de Damiana foi determinante para a preservação dos cayapó, houve um decréscimo no povo akroá, iny chamados carajá e javaé, mas os caiapó persistiram porque Damiana persuadia novas levadas a descer para o aldeamento. Por isso era venerada pelos colonizadores. Seus irmãos caiapó tinham por ela uma espécie de

² Dom Luiz Mascarenhas, então capitão-general de São Paulo.



³ Vejamos que “uma das atitudes empreendidas por Dom Luiz Mascarenhas, capitão-general de São Paulo, consistiu na criação de duas Companhias de Pedestre, cuja função seria a de patrulhar os sertões e defender os habitantes dos ataques dos Cayapó. Essa medida logo se mostrou ineficiente” (MORI e MANO, s.l., s.d.).

respeito e geralmente fazia o que ela lhes ordenava (RAVAGNANI, 1986/87).

Damiana não foi a única nativa privilegiada no processo colonial. A xavante D. Potência e Maria Canoeiro também fizeram parte desta infortuna história. Potência vivia no aldeamento Carretão nos meados de 1840, onde teve contato com o viajante Castelnau. Já Maria Canoeiro foi considerada a nova Damiana. Foi uma menina sobrevivente de um massacre hediondo numa aldeia dos canoeiros. Foi criada por colonizadores desde os dois anos de idade. A sorte dos canoeiros é que ela fracassou nas tentativas de manipulação mental de seus parentes nos anos de 1829 e 1830 (CARVALHO, 2004).

Outro caso que nos causa consternação foi o de Joana Baptista em Belém do Pará. Era uma cafuza (mestiça) órfã que em 1780 foi vendida como escrava para Pedro da Costa, um catalão que vivia por lá. O governador do Grão Pará, José de Nápoles Telo de Meneses, chegou a intervir, apontando relações afetivas do comprador com Joana e caso foi denunciado em Lisboa (RIBEIRO, 2009).

Os exemplos acima são mostras da maneira como algumas mulheres indígenas como Damiana, Potência e Maria Canoeiro foram usadas no processo de descimento e que em determinado momento, para facilitar a cooptação de aldeiantes para a causa portuguesa serem agraciadas com regalias.

Neste relato, tomando o Estado de Goiás reconhecemos o massacre tamanho e atemorizante que causou a dizimação de vários povos, sobrevivendo as aldeias remanescentes de Buridina, a dos Tapuia na terra conhecida como Carretão entre Rubiataba e Nova América e o que restou do território dos Ava-canoeiros na região do lago da Serra da Mesa, próximo a Minaçu, GO.

O povo Tapuia da área Carretão são remanescentes do Aldeamento Carretão ou Pedro II, fundado em 1788, na Província de Goiás, para executar o processo de aldeamento dos Xavantes, Kaiapó do sul, Xerente, Karajá e Javaé. Temos indícios que negros escravos e até brancos foram domesticados na área Carretão.

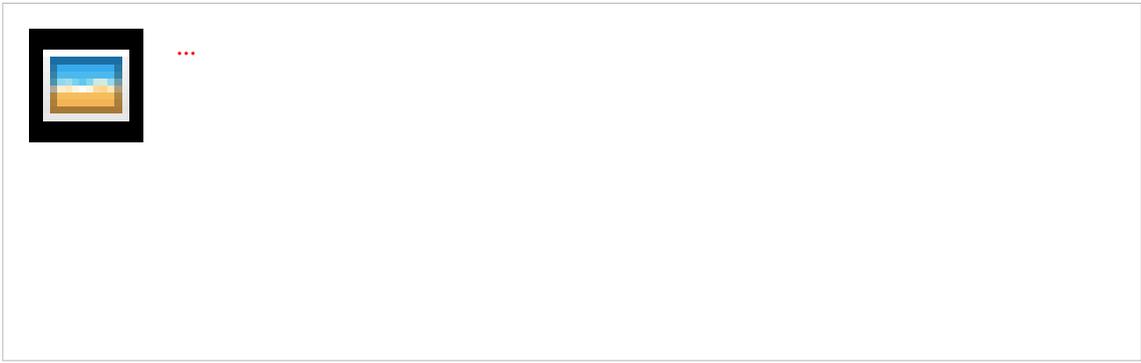
Segundo Silva e Vasconcelos (2012) os fins e os meios dos aldeamentos na referida área foram os mesmos das demais do território brasileiro. Os aldeamentos serviam para afastar o nativo de sua floresta, catequizar e enfraquecer o espírito dos autóctones. Também “representou uma estratégia eficaz para desocupar as terras habitadas por indígenas, ação efetivada desde a primeira bandeira chefiada por Anhanguera” (SILVA e VASCONCELOS, 2012, p. 67).

Os povos atacados pelos colonizadores passaram a sofrer inúmeros abusos físicos, atingindo alma, corpo e mente. A justificativa disso tudo foi a redução dos custos com mão de obra: “braços aclimatados” [aspas da autora], era como o general Couto de Magalhães se referia aos Karajá, Kayapó, Krahó e Tapirapé, ao mesmo tempo que fazia uma alusão ao imigrante estrangeiro, considerado por ele uma mão-de-obra dispendiosa, pouco adaptável à vida no sertão brasileiro” (AMOROSO, 1998).

Ao ensinar a linguagem portuguesa, catequizar e docilizar os autóctones, estes se tornavam vassalos do imperador. Era uma forma viável de colonizar determinadas regiões e transformar o nativo em trabalhador. A escola dentro dos aldeamentos tinham a função de “sedentarizar, mudar os hábitos, obter a conversão dos índios ao catolicismo e ao trabalho” (AMOROSO, 1998).

As funções dos aldeamentos

Os aldeamentos existiram em todo território „brasileiro“. Eram como prisões e confinamentos para deixar os colonizadores menos vulneráveis à reação dos autóctones. A catequese por sua vez teve o objetivo de proporcionar a pacificação (degradação espiritual, mental e física) dos povos nativos, aumentando a destruição colonizadora.



Os aldeamentos serviram para livrar o Sul da Capitania de Goyaz da reação anti-

colonização, mas eram considerados processos criminosos que teve o apoio do catolicismo, que desde os anos de 313 vem fazendo „vista grossa“ aos estupros físicos contra as mulheres de povos originários por todo mundo. Alguns delitos foram denunciados por D. Marcos de Noronha, governador de Goyaz de 1749 a 1755. Ele recomendava castigos aos soldados e a qualquer outro que violentassem as nativas. Mas nada de concreto e eficaz.

Nas aldeias existiam trabalho escravo e a adesão de um modelo familiar difícil para os aldeiantes, as forças da natureza e a invocação da religiosidade indígena foram substituídas pelo catolicismo, numa linguagem usada para colonizar a alma dos aldeiantes nativos, exterminar a cultura e os laços de irmandade dos povos.

Uma das nações apagadas do mapa foi a Guanicun, onde está a atual cidade de Anicuns, GO:

Com base na história, Bartolomeu Bueno da Silva Filho, em 1749, criou para os boiadeiros que iam em direção a Goiás um ponto de parada, nesse lugar se deparou com índios da tribo Guanicuns enfeitados com colar de pedras de ouro, então Bartolomeu pediu a ajuda da índia Damiana para conseguir influenciar os índios levando-os a conversão à religião católica, iniciando um período de exploração (OLIVEIRA, 2010).

Podemos analisar que a religião, seus dogmas, a catequese e a política herdada dos greco-romanos serviu para inserir os nativos e as nativas na sociedade colonial. As nativas eram utilizadas como “mães, concubinas, donas de casa e força de trabalho” (JULIO, 27-31/07/2015), muitas se tornaram meretrizes. Eram praticadas toda sorte de violência contra essas mulheres como física, cultural, social e sexual. Para os nativos a prática da domesticação religiosa que os submetia a reclusão, submissão, impotência e decadência espiritual surtiu como resultado a eliminação de etnias, povos e história. Isso explica a causa de boa parte da população brasileira ser mestiça, ou seja, filhos de mulheres estupradas por colonizadores.

Considerações Finais

Considerando a discussão realizada neste trabalho podemos dizer que os povos autóctones sofreram várias pressões relacionadas ao poder de conquista imputado pelos colonizadores que ocorreu em toda crosta terrestre. As civilizações egípcia, inca, maia, asteca e as nativas do Brasil foram de uma maneira catastrófica impactadas pela usura do colonizador europeu, o que hoje implica no extermínio desses povos.

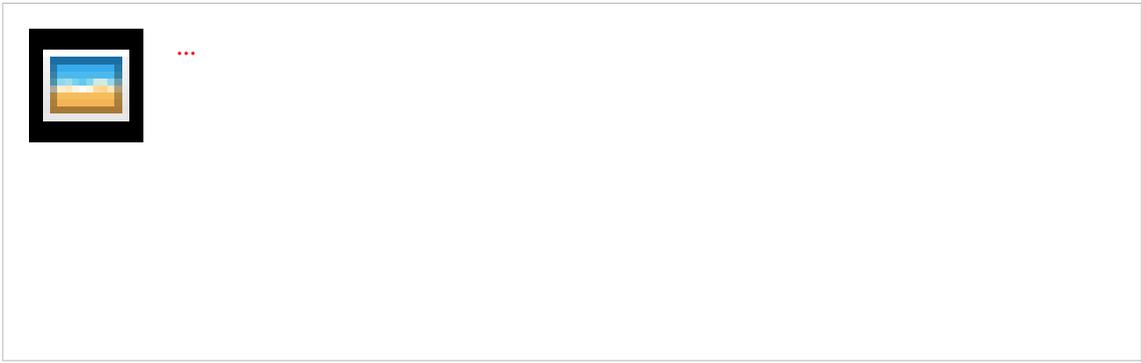
A conquista do território pelos portugueses, no caso do Brasil, e a utilização da catequese pela igreja católica foi responsável pelo silêncio de conhecimentos profundos sobre a natureza humana, verdadeiras epistemologias que se difundiam pela oralidade foram perdidas.

Diferente do que conta a igreja católica e o ensino oficial os conquistadores portugueses chegaram com o propósito de descer os povos das aldeias para os aldeamentos usando toda sorte de métodos escusos que foram da manipulação das ideias a utilização do cristianismo.

Dos aldeamentos foram projetadas outras instituições de controle, tais como: os diretórios, o SPI, a FUNAI, o CIMI e outras instituições vinculadas que, ao invés de resguardar e dar amparo ao patrimônio humano e cultural obstruíram o acesso ao poder desses povos, aniquilando o desenvolvimento pleno das diferenças existentes entre os indivíduos e entre as culturas ditas primitivas. E uma pergunta: o as escolas brasileiras não são resquícios de aldeamentos?

Os autóctones foram os primeiros desbravadores do território que chegaram em sintonia e interação com a energia da natureza em interação com os mundos espirituais e de acesso restrito.

Identificamos, neste estudo, cujo foco foi o atual território do Estado de Goiás e Tocantins, o massacre radical de grupos e etnias. Restaram somente a aldeia Buridina engolida pela cidade de Aruanã; os remanescentes do território do antigo



aldeamento Carretão e os Avá-canoeiros em fase final de extinção. Que constrangimento?

Os exemplos que trouxemos com as histórias de Damiana da Cunha, Dona Potência e Maria Canoeiro mostram as ações de má fé utilizadas pelos colonizadores que culminaram com o extermínio de inúmeros povos. Conhecimentos de astronomia, medicina natural, métodos e técnicas de relações do homem com todo Planeta Terra e com as ordens estelares foram destruídos, ou estão adormecidos, no aguardo de um momento oportuno onde o homem branco com sua cultura letrada, esteja preparado para lidar com as diferenças e com o simples. Falta uma pesquisa para avaliar os impactos causados pelos pastores „evangélicos“, ou seja, protestantes nos territórios de remanescentes originários.

O resgate do conhecimento remanescente contidos nas aldeias que restaram por meio da devolução do território será a grande obra de regeneração de nosso planeta, parte importante nas Américas.

Por fim salientamos que a destruição dos territórios nativos causa grande depressão, não apenas na geografia física mas no sentido mais profundo da existência humana. Sem as comunidades fortalecidas não há como resistir ao desmatamento, extinção da flora e fauna, dos rios e dos seres que neles habitam, surgem orifícios, como a lenda contada acima.

No confronto a essa situação de caos e destruição ocorrem os suicídios, o avanço das drogas e da prostituição nas aldeias indígenas, também uma crise de desequilíbrio, fenômenos provocados pela reação da natureza agredida. A sobrevivência do planeta está inerente ao todo, são partes fragmentadas de culturas e de conhecimentos que fazem a resistência da floresta e esta reverbera, nas metrópoles urbanas, nos lares dos cidadãos consumidores, na energia cósmica que faz um ser todos e o todo depender deste um.

Sem a sintonia com o todo, o planeta responde: com a perda de vidas pela fome, nas megacidades arrojadas e habitadas por projetos paisagísticos e urbanos; nas privações dos serviços de saúde, educação, habitação que não responde por mais que

haja tecnologia, na política atada ao oportunismo, na falta de liderança para inibir o caos. Porque somos um, nas diferenças, somos todos nas similitudes, somos insignificantes diante do mistério da vida latente que não nos responde; de onde eu vim? Para onde eu vou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOROSO, Marta R. Mudança de hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 37, vol. 13, jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200006>. Acesso em 01 fev. de 2017.

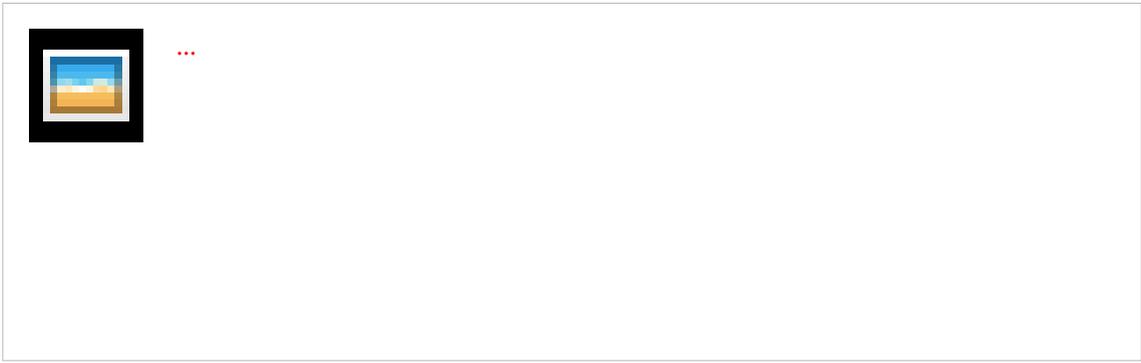
CARVALHO, Maria Meire de. Damiana da Cunha: uma capitã-mor nos sertões dos goyazes nos séculos XVIII-XIX. In: Fragmentos de Cultura. Vol. 14, n. 06. Goiânia: Instituto de Filosofia e Teologia, PUC-GO, 2004, p. 1111-1124.

Censo Demográfico 2010, IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf> . Acesso em 22 jan. 2017.

GAELANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

GIRALDIN, Odair. Renascendo das cinzas. Um histórico da presença dos cayapópanara em Goiás e no Triângulo Mineiro. Sociedade e Cultura, vol. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 161-184.

JULIO, Suelen S. *Damiana da Cunha: uma índia entre a “sombra da cruz” e os caiapós do sertão (Goiás, c. 1780-1831)*. 2105. 171 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense/UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2015.



JULIO, Suelen S. Mulheres indígenas na América Latina Colonial. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugarers dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, SC, 27 a 31 de jul. 2015, p. 1-14.

OLIVEIRA, Wagner. MINÉRIO QUE POVOOU GOIÁS, PEGADAS DO BOI DE

OURO, 30 de 30 de out. de 2010. Disponível em: <<http://wagneroliveiragoias.blogspot.com.br/2010/10/minerio-que-povoou-goias-pegadas-do-boi.html>>. Acesso em 20 de out. 2016.

RAVAGNANI, Osvaldo M. A agopecuária e os aldeamentos indígenas goianos. *Perspectivas*, São Paulo, 1986-1987, p. 119-143.

RIBEIRO, Nubia B. Violência administrada e liberdade usurpada dos índios nos sertões do ouro. *Temporalidades*, Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, n. 2, vol. 1, ago. a dez. de 2009, p. 10-36. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/02p10.pdf>>. Acesso em 02 dez. 2016.

ROCHA, Rafael A. *Os índios oficiais na Amazônia Pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)*. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado) em História, Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Brasileiras Célebres*. Senado Federal, 2004. Acessado em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/188343> . Acesso em jun.2017.

SILVA, Lorraine G. da.; VASCONCELOS, Eduardo H. B. de. C. Os Tapuia: uma história de resistência e esperança. *TARAIRIÚ* – Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB, Campina Grande, Ano III – Vol.1 - Número 04 – Abr/Mai de 2012, p. 65-78.

TORAL, André A. de. *Cosmologia e Sociedade karajá*. 1992. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.